

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: QUALIFICAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

Galeno Criscolo Parrela¹

Érica Stoupa Martins²

Débora Cristina Ricardo³

Janine Lopes Carvalho⁴

janinelcarvalho@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

O presente artigo desponta das observações e inquietações do/no cotidiano escolar. Buscamos analisar a produção científica sobre a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação no contexto da Educação Física Inclusiva e como lidam com os diversos atores que nela estão presentes, entre eles, os estudantes com deficiência. Para essa monta, a revisão bibliográfica foi o ponto de partida e os artigos indexados na base de dados da Scielo foram selecionados através dos descritores: Educação Física Inclusiva, Formação de Professores e Práticas Docentes. Foram selecionados onze artigos. Os estudos analisados apontam para a necessidade de investimentos na graduação, com mudanças na grade curricular oportunizando aos futuros profissionais mais horas no cotidiano escolar. Apontam, também, por mais investimentos nos cursos de aperfeiçoamento desses profissionais. Nas escolas apontam para mudanças físicas, estruturais e pessoal de apoio especializado. Assim forneceria subsídios para o desenvolvimento pessoal e cognitivo dos estudantes para que sejam protagonistas de suas histórias.

Palavra-chave: Educação Física Inclusiva; Formação de Professores e Práticas Docentes.

1. INTRODUÇÃO

A curiosidade nos leva a percorrer caminhos, muitas vezes obscuros, a procura de uma luz que nos traga respostas ou talvez mais inquietações, e no cotidiano escolar deparamos com vários deles. A inclusão das pessoas com deficiência, seja ela qual for, bate à porta das escolas, um espaço de conhecimento

¹ Graduado em Educação Física, pós-graduado em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência.

² Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Serviço Social. Professora da Faculdade Vértice - Univértix.

³ Doutoranda em Educação, Mestrado em Educação, Especialização Lato- Sensu em Design Instrucional para EAD Virtual, Especialização Lato- Sensu em Educação a Distância, Especialização Lato- Sensu em Linguística, graduação em Licenciatura Plena em Letras: Língua e Literatura Portuguesa, graduação em Pedagogia. Pesquisadora da CAPES. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupar (Grupo de Aprendizagem em Rede/ UFJF) e NGIME (Grupo de pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância/UFJF).

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr^a Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

e saberes, que através dos traumas, tramas, meandros e subjetividade dos seus atores almeja caminhos plausíveis para todos e todas. Os caminhos percorridos são muitas vezes através do empirismo, da experiência e vivência dos seus atores. Não que seja menos importante, mas a experiência aliada aos conhecimentos adquiridos e outros a serem desvendados, nos leva a elaboração de projetos na esperança de que a luz que procuramos reapareça e ilumine os caminhos para que tenhamos educação inclusiva e de qualidade para todos e todas.

A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos e todas, na escola brasileira requer novos posicionamentos que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores(as) se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (SCHNEIDER, 2003). Inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2014).

O projeto sobre a qualificação e prática do Professor de Educação Física na perspectiva da inclusão nos faz enveredar pelos caminhos de como o professor(a) trabalhando em espaços, condições e horários dos mais variados encontre, ou, pelo menos enxergue a luz que almeja para que a inclusão dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais que nela se fazem presentes seja assegurada. Direito esse garantido na Constituição de 1988 e ratificada pela Lei Nº13.146 de 06/07/2015 (Estatuto da Pessoa com deficiência) que diz no seu art.1º: “Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, NP).

A inclusão, portanto, requer uma revolução de paradigmas. Não significa apenas inserir pessoas “diferentes” num lugar em que não costumavam estar, a classe regular. Significa não mais conceber as necessidades especiais como imutáveis ou incapacitantes. Significa, ademais, rever o papel da escola e conscientizá-la de que sua responsabilidade é educar a todos, sem discriminação. Logicamente, isso exige uma reviravolta estrutural na sociedade, como um todo (KAFROUNI; PAN, 2001). Essa reviravolta tem como um dos eixos norteadores a formação de professores (as) que enxergam nessas pessoas cidadãos capazes de

desenvolverem habilidades, mesmo com as limitações impostas seja pelo seu estado físico e ou mental.

Toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar as mudanças (MANTOAN, 2003). A quebra de paradigmas e preconceitos precisam fazer parte para que realmente a inclusão seja efetivada. A legislação mesmo atualizada não corresponde com a realidade vivenciada por esses atores, pois necessitam de cuidados que respeitem o direito à vida. Mantoan (2003, p.31) diz:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

As relações sociais não mudam por decreto ou lei. O modo como essas relações se dão é histórico e elas mudam conforme se criam condições para tal.

A todas essas crianças está sendo negada a oportunidade para aprender e ganhar o conhecimento, o entendimento e as habilidades necessárias às quais elas têm direito. Está claro que as origens dessas dificuldades residem não apenas nelas mesmas como também nos ambientes sociais nos quais elas estão vivendo. A tarefa para o futuro é identificar formas através das quais a escola, como parte daquele ambiente social, pode criar melhores oportunidades de aprendizagem para todas as crianças e, por meio disto, enfrentar o desafio de que “a fonte mais predominante de dificuldades de aprendizagem é o próprio sistema escolar (UNESCO, 1994, np).

As dificuldades no cotidiano escolar para pessoas com deficiência não são apenas barreiras físicas como falta de rampas de acesso, salas, sanitários e torneiras adaptadas, transporte escolar, mas também profissionais com formações adequadas para oportunizá-los educação de qualidade. Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e das diferenças que apresentam.

A Declaração de Salamanca/Espanha, realizada pela Unesco em 1994, diz:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”; “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”; “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades”; “aqueles com necessidades educacionais especiais devem

ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”; “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, np).

Para que a luz seja realmente clara e esses atores sejam de alguma forma contemporizados, lugares, saberes e conhecimentos deverão passar por um crivo do que já foi estudado e publicado. Mantoan (2003, p.32) diz: “Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”. Sales e Leite (2018, p.109) reforçam o argumento na formação quando diz:

Se a escola deve incluir as pessoas com deficiência, os cursos de formação de professores devem, então, oferecer em sua grade curricular, disciplinas referentes ao ensino destinado à educação especial. O futuro professor precisa se preparar para acolher e trabalhar com os alunos com deficiência. Os cursos de formação devem proporcionar aos futuros professores uma mudança de mentalidade para que enxerguem o potencial que a pessoa com deficiência tem. Isso significa que deve haver a construção de uma nova identidade desse futuro professor.

Através da base de dados *Scielo* faremos uma revisão bibliográfica buscando artigos sobre Educação Física Inclusiva, Formação de Professores e Prática Docente, temas que trazem inquietações no cotidiano escolar. O objetivo do presente trabalho foi analisar a produção científica sobre a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação no contexto da Educação Física Inclusiva e como lidam com os diversos atores que nela estão presentes, entre eles, os estudantes com deficiência.

Desde modo buscaremos compreender como é a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação, no contexto da Educação Física, que lidam com esses atores e como a escola tem-se organizado para proporcionar a esses profissionais cursos de qualificação. A escola é o local de produção de conhecimentos e saberes; um local onde identidades individuais e sociais são forjadas, onde se aprende a ser sujeito, cidadão crítico, participativo – atuante em sua comunidade – e responsável. Diante disso, esse trabalho torna-se relevante, pois faz um compilado de informações sobre os estudos mais recentes e

importantes acerca desse assunto, gerando um único trabalho que sirva de apoio e impacte diretamente os professores de educação física no/do cotidiano escolar.

2 METODOLOGIA

A revisão bibliográfica é indispensável para a delimitação do problema e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Nas buscas no Portal de Periódicas da *Scielo* usamos os seguintes descritores: Educação Física Inclusiva, Formação de Professores e Práticas Docente. Elas foram feitas a partir dos descritores separados, agrupados de dois a dois e com todos os termos. As buscas, leituras e seleções dos artigos foram realizadas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020. Os achados passaram pelos seguintes crivos: I) Publicados na íntegra na língua portuguesa; II) Anos de publicação 2005 a 2019; III) Modalidade de produção científica: pesquisa de campo, estudos de casos e relatos de experiência; IV) com professores(as) de Educação Física, pedagogas, estudantes de licenciatura em Educação Física e cursando a disciplina “Estágio supervisionado” e concluintes da graduação.

3. RESULTADOS

Após a análise e leitura dos resumos, os trabalhos foram separados da seguinte forma: a) que cumpriam os critérios de inclusão; b) anos de publicação; c) Estado e regiões onde foram realizadas as pesquisas.

Ficou deste modo a distribuição: um (01) artigo para o ano de 2005, no estado de São Paulo, região sudeste; dois (02) artigos para o ano de 2014 no estado de São Paulo, região sudeste; dois (02) artigos para o ano de 2016: um(01) no estado de São Paulo e um (01) no estado de Minas Gerais; dois (02) artigos para o ano de 2017, um (01) no estado do Rio Grande do Sul, região sul e um (01) no estado de Pernambuco, região nordeste; três (03) artigos para o ano de 2018, dois no estado de São Paulo, região sudeste e um (01) no estado do Paraná, região sul; um (01) artigo para o ano de 2019, no estado de São Paulo, região sudeste.

Na seleção dos artigos, dez (10) utilizaram como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa e uma (01) pesquisa quantitativa. Em relação as pesquisas

selecionadas foram uma (01) explicativa, duas (02) exploratórias e nove (08) descritivas. Em relação aos procedimentos técnicos observou-se dois (02) experimentais, três (03) exploratórios e seis (06) estudos de casos.

Como instrumentos de coleta de dados as pesquisas utilizaram questionários e entrevistas semiestruturadas com roteiros pré definidos. Foram gravados e transcritos na íntegra sem modificar o linguajar dos entrevistados. As filmagens e observações das aulas de Educação Física foram feitas nas escolas como também as anotações em campo e instrumentos de autopreenchimento (IAP).

Os sujeitos das pesquisas foram professores(as) de Educação Física, professoras dos anos iniciais, acadêmicos concluintes dos cursos de licenciatura (Educação Física, Pedagogia, Ciências, Matemática), assistentes pedagógicos das diretorias de ensino estaduais e municipais. O aparato de informações fora colhido nas escolas do ensino fundamental I, anos iniciais, universidades e faculdades públicas e privadas.

Através dos artigos em número de onze (11) selecionados na base de dados da Scielo sobre a perspectiva qualitativa, foram encontrados artigos para dar suporte a essa temática que fazem parte do cotidiano escolar.

4. DISCUSSÃO

Difícil não deparamos com os termos: Políticas de Inclusão e Educação Física Inclusiva. Vivemos em tempos de inclusão para todos e todas nas mais diversas áreas e na educação não é diferente, apesar das mudanças acontecerem com morosidade, pois necessitam de esforços e vontade política dos governantes.

Legislações sobre inclusão nas aulas de Educação Física temos, mas esbarram na insensibilidade do poder público em implementá-las e na ausência de formação inicial e continuada adequada para os profissionais desta área. Tavares, Santos e Freitas (2016) reafirmam nos seus estudos que a inclusão de crianças com deficiência no contexto das escolas regulares ainda tem muito a avançar, principalmente no que diz respeito à formação dos professores que se relacionam diretamente com essas crianças.

Fiorini e Manzini (2014) na pesquisa que conduziu com professores de Educação Física em turmas do ensino regular onde tinha estudantes com deficiência apontou que para auxiliar o planejamento de uma formação continuada deveria

observar os seguintes aspectos: considerar o contexto das aulas; auxiliar na minimização das dificuldades e valorizar as ações de sucesso.

A lacuna na formação inicial e continuada dos profissionais da educação é apontada pelos pesquisadores que fazem parte dessa revisão bibliográfica como uma das dificuldades mais significativas para a efetivação do processo de inclusão. Essas formações deveriam acontecer em horários de trabalho facilitando assim a participação.

Greguol, Malagodi e Carraro (2018) em seu estudo observaram que os desafios são grandes para professores(as) tanto na graduação como na formação continuada, pois os poucos conhecimentos sobre inclusão e a falta de apoio geram inseguranças de como lidar com esses estudantes. As formações desses profissionais devem superar o tecnicismo e assumirem uma postura investigativa e de atitudes democráticas superando assim a ideia reducionista de formação unicamente para a produção e reprodução social, ou seja, para o mundo do trabalho.

A Educação Física nas suas origens buscava por corpos perfeitos e saudáveis para representar o país nos mais diversos eventos. O caráter de treinamento desportivo ainda se faz presente nas formações dos professores de Educação Física o que prejudica a inclusão dos estudantes com deficiência nas aulas, pois a construção de conhecimentos de forma lúdica é um fator preponderante no processo de inclusão.

Carvalho e Ferreira (2018), em seus estudos conclui que para a inclusão se efetivar, a capacitação docente deveria explorar conteúdos como dança, ginástica, lutas e esporte de forma lúdica, fator estimulador do processo inclusivo, havendo a necessidade da superação do ainda presente caráter de treinamento esportivo das habilidades, que mostrou ser prejudicial à inclusão. A diversidade deve ser respeitada e valorizada entre os estudantes. Desta forma o investimento na produção de conhecimentos que colabore na formação destes professores(as) se faz presente nos cursos de formação e aperfeiçoamento para que estudantes com/sem deficiência tenham educação de qualidade e os torne cidadão críticos, autônomos, empoderados e participativos na comunidade onde residem.

Nos estudos até aqui pesquisados na base de dados da Scielo e outros meios de divulgação apontam para urgência em investir na formação inicial e continuada de professores(as) quer sejam eles da Educação Física ou não, para que sintam

capazes de incluir os estudantes com deficiência ou não nas aulas com possibilidades de sucessos.

Dada a relevância e a regularidade com que a inclusão está presente nas aulas de Educação Física, é fundamental que a formação inicial possa oferecer oportunidades para que licenciandos adquiram experiências que lhes sejam essenciais na construção, no fortalecimento e na confiança nas próprias competências, para promover a inclusão nas aulas regulares na escola (FERNANDES, COSTA FILHO e IAOCHITE, 2019, p. 219).

A formação inicial e continuada dos professores(as) será o ponta pé inicial, de muitos outros que precisam acontecer para que a Educação Física contribua realmente na implementação da inclusão dos estudantes com deficiência na escola regular.

Os desafios para a implementação da educação inclusiva perpassam pela graduação desses professores (as) como também pela possibilidade de formação continuada. Essa foi uma constante nos artigos pesquisados na base de dados Scielo.

A revisão bibliográfica feita na base de dados dos periódicos da Scielo através da seleção dos descritores Educação Física Inclusiva, Formação de Professores e Prática docente, aliadas as observações e inquietações do/no cotidiano escolar inferiu-nos avistarmos com nitidez que a Educação Física Inclusiva no Brasil mesmo amparadas por Leis, Decretos e acordos internacionais necessitam de políticas comprometidas com a educação para fazer valer como políticas de estado em todo o território nacional e assim oportunizar a pessoas com deficiência sua inclusão na vida em sociedade. Freitas (2017) na conclusão de seus estudos sobre a formação inicial de professores(as) reafirma que necessitamos de uma proposta pedagógica que atenda às necessidades dos professores que atuam nas salas de aulas com alunos com deficiência.

Políticas Públicas voltadas para a Educação Inclusiva deverão ser políticas de estado e não como plataforma de governo. O término do mandato dos dirigentes não pode e não deve coincidir com o fim destas políticas públicas sob pena da descontinuidade, pois a melhoria na qualidade da educação demanda tempo, treinamento de professores(as), envolvimento das famílias e comunidades.

Os dados nos mostram que a formação dos formadores é pouca ou nenhuma no que se refere à inclusão escolar e à aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. As barreiras atitudinais também puderam ser notadas em

parte das respostas, demonstrando que esse é um problema que está longe de ser ultrapassado e configura um entrave para o sucesso do processo inclusivo. Além desses fatores, foi evidente que existe pouco apoio institucional e que as condições de inclusão nas universidades participantes ainda precisam de grandes mudanças para a efetivação desse processo (BAZON *et al.* 2018). A inclusão é também a alocação de serviços, a mudança de atitudes e o desenvolver de um senso de responsabilidade.

Apontam as pesquisas dessa revisão que a formações inicial e continuada desses profissionais são insuficientes para que haja uma inclusão efetiva dos estudantes com deficiência nas classes do ensino “regular”. Aguiar e Duarte (2005) em sua pesquisa indica que para realizar a inclusão, os professores necessitam de: apoio do governo, no que se refere a oferecimento de cursos de reciclagem; auxílio técnico pedagógico especializado; estrutura adaptada do espaço físico e; material didático adequado.

A escola é o local de produção de conhecimentos e saberes; um local onde identidades individuais e sociais são forjadas, onde se aprende a ser sujeito, cidadão crítico, participativo e atuante em sua comunidade.

As disciplinas ofertadas nos cursos de graduação deveriam abordar temas transversais perpassando os conhecimentos adquiridos como também oportunizando mais horas de práticas aos futuros professores para o contato no ambiente escolar com estudantes que serão seus alunos. Na pesquisa de Fernandes *et al.* (2019) com professores e estagiários de educação física foi observado que falta na formação inicial oportunidades para que licenciandos adquiram experiências que lhes sejam essenciais na construção, no fortalecimento e na confiança nas próprias competências, para promover a inclusão nas aulas regulares na escola.

Partindo dessa premissa as formações, tanto inicial quanto continuadas, necessitam de reformulações curriculares, pois além da produção acadêmica e de pesquisas, precisam estar atentos com que tipo de profissionais estão inserindo no mercado de trabalho.

A oferta da formação continuada, implementação de novas abordagens curriculares, superação do caráter de treinamento desportivo, auxílio técnico e pedagógico especializado, estruturação e adaptação do espaço físico se faz

urgência para o desenvolvimento desses profissionais que conseqüentemente irão refletir para todos os estudantes, inclusive com necessidades especiais, que cada vez mais estão presentes nas escolas públicas e privadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos relatos e artigos pesquisados na base de dados da Scielo ficou evidenciado a existência de dispositivos legais como leis, decretos, pareceres dos conselhos federais e estaduais de educação, como também recomendações presentes nas declarações que emanam de órgãos internacionais assegurando aos estudantes com deficiência acesso e permanência nas escolas regulares para que tenham a possibilidade de exercerem a cidadania como qualquer outra pessoa. O investimento nas formações iniciais e continuada de professores desponta como uma luz a preencher o vazio no atendimento a esses estudantes, pois corpos deficientes e diferentes foram renegados historicamente, inferiorizados, subestimados, estigmatizados. A Educação Física na lida do cotidiano escolar por muito tempo reforçou esses estigmas. Ela foi concebida e muitas vezes usada para selecionar os mais altos, mais fortes, mais rápidos e muitos outros mais, reforçando a busca pelos melhores, sem oportunizar aos diferentes a possibilidade de tentar.

Precisamos desencasular os seres humanos para que possam enxergar nas outras pessoas um ser semelhante que por razões diversas pode não ser o seu espelho, mas tem a mesma essência. Desse modo a inclusão é o reconhecimento de que somos diferentes, apesar de sermos semelhantes. A diversidade humana deverá ser valorizada. O espaço escolar, hoje, necessita ser visto como espaço de e para todos (as).

Os estudos apontam que é de importância inegável o investimento na graduação e cursos de aperfeiçoamento para professores(as) atuarem nas escolas com estudantes deficientes, pois disponibilizaria subsídios ao desenvolvimento cognitivo e pessoal desses estudantes tornando-os protagonistas de suas histórias.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223-240, agosto 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.br/scielo.php>?. Acesso em: 02/042020.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas**. Rio Preto: ABDA, 2014.

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra et al. Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e176672, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.br/scielo.php?> Acesso em: 09/04/ 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao. Acesso em: 02/03/2020

_____. **Lei 8.069/90** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Brasília, 1990.

_____. **Lei 13146/15** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Estatuto da pessoa com deficiência) Brasília, 2015.

FERNANDES, Mayra Matias; COSTA FILHO, Roraima Alves da; IAOCHITE, Roberto Tadeu. Autoeficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 219-232, jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-. Acesso em: 13 abr. 2020.

FREITAS, Lindalva José de. A Formação do professor como eixo inovador de inclusão no ensino fundamental dos alunos com deficiência em Limoeiro/Pernambuco. **Rev. Int. Investig. Cienc. Soc.**, Asunción, v.13, n.2, p.225-238, dez.2017. Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/scielo.php?>. Acesso em: 13/03/2020.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo para prover a formação do professor. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília. v. 20, n. 3, p. 387-404, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 10/04/2020.

_____. Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília. v. 22, n. 1, p. 49-64, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 10/03/2020.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 1, p. 33-44, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 10/03/2020.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M.de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica: Técnicas de Pesquisa**. 7ª ed. São Paulo; Atlas 2010.

CARVALHO, Camila Lopes de; FERREIRA, Paulo de Araújo. Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. **Educ. fís. cienc.**, Encenada, v.20, n.1, p.00, jan. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?>. Acesso em: 09/04/2020.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli Belmonte; FREITAS, Débora Duarte. A Inclusão, a escola, e a Subjetivação Docente: Analisando o Contexto do Município do Rio Grande. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Acesso em: 07/04/2020.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**. Brasília, n.26, p. 36-44, jul./set. 2004.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar) Bibliografia. 1. Inclusão escolar 2. Pedagogia I. Título. II. Série.

KAFROUNI, Roberta Mastrantonio; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e os impasses rente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **InterAÇÃO**, Curitiba, 2001, 5, 31 a 46. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3316/2660>. Acesso em: 07/04/2020.

SALES, Paulete Zili Silveira de; LEITE, Claudineia Martins da Silva. A prática docente em relação a inclusão de alunos com deficientes. **Rev. bras. educ. espec.(online)** vol.21 no.3 Marília JulySept. 2015. ISSN 1413-6538 On-line version ISSN 1980-5470. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000300395. Acesso em: 07/04/2020.

SCHNEIDER, Magalis Béssem Dorneles. Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar e inclusivo. **Educação on-line**, 2003. Disponível em: <http://saci.org.br/index.php?>. Acesso em: 07/04/2020

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Rev. bras. educ. espec. (online)**, v. 22, n. 4, p. 527-542, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000400527&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07/04/2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.